



PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

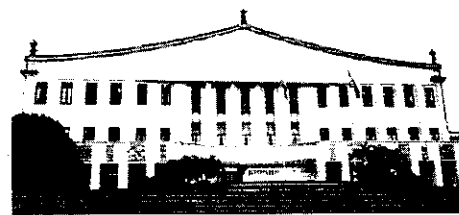
Diário Oficial

Estado de São Paulo

GOVERNADOR EM EXERCÍCIO GERALDO ALCKMIN FILHO
Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 845-3344

Suplemento

109º Ano da República



<http://www.imesp.com.br>

Volume 108 • Número 169 • São Paulo, sexta-feira, 04 de setembro de 1998

A Independência do Brasil revisitada

MARIA DE LOURDES VIANA LYRA*

O tema da Independência do Brasil - acontecimento fundador da nacionalidade brasileira - é, sem dúvida, um dos mais presentes na memória histórica. A historiografia referente é vasta e até bem pouco tempo se acreditou tratar-se de um tema já profundamente estudado, a rica e volumosa documentação amplamente explorada e bem analisada, nada restando a ser investigado.

Hoje, no entanto, quando se coloca em pauta a necessidade de melhor conhecer os condicionamentos e as diretrizes norteadoras da política de estruturação do Estado no Brasil, a atenção se volta às origens, ou melhor, ao tempo da Independência, centrando-se na discussão em torno dos fundamentos do mundo liberal no contexto do processo de descolonização da América. Tal discussão, por sua vez, remete à intrigante questão das características específicas do caso da Independência do Brasil em relação aos outros modelos de independências coloniais. Questão que é entendida pela historiografia apenas como decorrência "natural" do fato inusitado e extraordinário da transferência da metrópole portuguesa para a colônia Brasil, o que teria encaminhado à política de estruturação do Estado imperial e à adoção da forma de governo monárquico, no Novo Mundo. A historiografia também analisa a Independência do Brasil no contexto tradicional de luta entre colônia e metrópole, entendendo-a como fato previsível, representado pelo Sete de Setembro de 1822, data que aparece como marco incontestado do término do período colonial e alvorecer do Estado nacional. A representação dessa memória encontra-se cristalizada, tanto na vasta obra produzida sobre o tema como nos livros didáticos e nas imagens alegóricas em pinturas e monumentos públicos.

A retomada da reflexão crítica sobre os elementos definidores do movimento em prol da Independência, e do conseqüente processo de formação do Estado monárquico e imperial no Brasil, se impõe e se reveste de especial importância, sobretudo quando se busca aprofundar e ampliar o estudo sobre a formação da nacionalidade brasileira. Nessa perspectiva, buscamos verificar os condicionamentos desencadeadores do processo de transformação da colônia Brasil em Estado imperial, refletindo sobre a origem, ou as origens, da interligação estabelecida Brasil versus Império, inscrevendo o tema da Independência no âmbito da questão nacional e do debate político em torno das diferentes propostas de construção do Estado independente, além de procurar expandir a discussão sobre o quadro das particularidades específicas ao Brasil. Ou seja, analisar



Retrato de d. João VI. Óleo s/ tela, 640 x 550, de Jean-Baptiste Debret, s/d. Acervo do MP/USP. Foto: José Rosael.

com atenção mais apurada as razões do movimento inicial de aproximação, e não de rejeição, à antiga metrópole e da manutenção da unidade política de todo o território que compunha a América portuguesa - aspectos interligados à política de estruturação do Estado imperial e de adoção da forma de governo monárquica, forma essa estranha ao Novo Mundo -, no sentido de apreender com maior clareza as características específicas ao processo de formação do Estado do Brasil independente e da gênese da nova nacionalidade, a brasileira.

Apreendemos então que, atuando o Brasil, desde 1808, como sede da Monarquia portuguesa e centro incontestado do Estado atlântico português - que já era visto pelos ilustrados luso-brasileiros com promessas de grandioso futuro e sempre referido como "vasto e poderoso império" - os grupos sociais de dominação, liderados sobretudo por aqueles originários das províncias circunvizinhas da Corte do Rio de Janeiro, cuidaram de centrar a ação política no sentido de manter o modelo inovador de Reino Unido, o qual constituía, sem dúvida, a "Carta Magna da Emancipação do Brasil". Ao elevar o Brasil "à dignidade, preeminência e denominação de Reino", ao mesmo tempo em que decretava que os "reinos de Portugal, Algarves e Brasil formem d'ora em diante um só e único Reino, debaixo do título de Reino Unido", a Carta Régia de 16 de dezembro de 1815 reconhecia e oficializava a completa emancipação da colônia Brasil, ao mesmo tempo em que definia a sua preeminência no mundo luso, sem que a mudança implicasse ruptura com a "mãe-pátria", Portugal. Ao contrário, o modelo adotado baseava-se no pressuposto da unidade nacional "luso-brasilica". Daí o encaminhamento inicial da política de aproximação e não de rejeição entre os dois mundos, movimento singular no processo de Independência e de construção da ordem nacional brasileira. O projeto de construção de um "poderoso império" atlântico, que vinha sendo posto em

andamento, desde o final do século XVIII, pelo reformismo ilustrado, apoiava-se no "sacrossanto princípio de unidade" entre as quatro partes do mundo português. Ou seja, pregava uma unidade baseada na relação de "interdependência e reciprocidade" - entre o centro europeu e as partes do Ultramar -, unidade construída através do sentimento de pertencimento à Monarquia lusa e concebida sob a perspectiva de um venturoso destino. Tanto a transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro - idéia longamente acalentada, mas só realizada em face da ameaça napoleônica de extinguir o Estado português - como a posterior criação e oficialização do Reino do Brasil na condição de sede da Monarquia significaram decisões políticas ancoradas no pressuposto da "união natural" existente entre as partes do mundo português. Isso ampliava consideravelmente o princípio da coexistência de Estados iguais unidos pelos interesses recíprocos e pelos laços de solidariedade nacional.

No entanto, a revolução liberal que rebentou em Portugal, em agosto de 1820, constituiu golpe mortal ao modelo de emancipação que havia sido adotado, fazendo desmoronar esse quadro teórico orientador da política até então encaminhada. A política de alianças pretendida esbarrara na dificuldade de conciliar interesses opostos. A inversão ocorrida em 1808 retirara de Lisboa a sede da Corte e extinguiu o exclusivo comercial do grupo mercantil nativo, colocando a antiga metrópole na condição de uma simples província, ou mesmo de "colônia do Brasil". Diante de tal fato evidenciava-se a dificuldade de afirmação da idéia de "união natural" entre as partes do mundo português, fundada numa relação de parceria que, em recíproca vantagem, construiria a prosperidade de cada parte e elevaria a nação portuguesa "ao maior auge". A parceria estabelecida e os almejados frutos políticos do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves estavam longe de atender aos interesses imediatos do velho Reino português, o que explica a enérgica tomada de posição contra a política em andamento.

Reagir contra o sistema de monarquia absolutista e apresentar a proposta revolucionária de adoção de um governo monárquico representativo, através do qual os grupos mercantis e a aristocracia agrária pudessem alterar as bases do império atlântico lusitano, foi a estratégia utilizada pelos

liberais vintistas. Reunidos em Cortes, a partir de janeiro de 1821, para deliberar sobre a organização da Monarquia Constitucional a ser instalada e sobre os novos caminhos que levassem à prosperidade das relações comerciais entre Portugal e o Brasil, os deputados vintistas punham em destaque a discussão sobre os reais interesses nacionais, os quais, para eles, consistiam essencialmente naqueles que promovessem a regeneração das forças produtivas do Reino europeu. Esta foi a questão nodal que forçou à opção, por parte dos setores dominantes do Reino do Brasil, pela ruptura da unidade luso-brasileira, ou seja, pela

Em manifestação pública, o imperador arrancaria do braço, em gesto de grande simbolismo, a divisa "Independência ou Morte"